



Resolução aprovada no Encontro de 22 de Janeiro

PROFESSORES DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO EXIGEM RESPEITO PELOS SEUS DIREITOS, UM JUSTO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E UM ENSINO DE QUALIDADE

Inaceitavelmente, o Governo propôs e os votos dos grupos parlamentares do PS e PSD viabilizaram grandes cortes orçamentais na Educação, a concretizar já em 2011, com um primeiro reflexo em Janeiro e um fortíssimo impacto a partir de Setembro.

Directamente, a Educação sofre uma redução de 803 Milhões de euros, a que se juntam cortes elevadíssimos às autarquias, entidades que são fundamentais no sector educativo, sobretudo no apoio social aos alunos e suas famílias.

Tais cortes reflectem-se nos subsectores público e privado, pondo em causa aspectos essenciais da organização pedagógica, das condições de trabalho e do funcionamento das escolas, da qualidade das suas respostas educativas e ainda das condições socioprofissionais de trabalhadores docentes e não docentes.

Também no Ensino Particular e Cooperativo pairam sobre os docentes as ameaças de despedimento e de redução salarial, o que é de todo inaceitável, pelo que deverão ser combatidas e evitadas.

É neste contexto que **os professores e educadores, reunidos na sede do SPGL, em Lisboa, no dia 22 de Janeiro de 2011, consideram:**

- Absolutamente reprováveis as pressões que têm sido feitas sobre os docentes, no sentido de aceitarem cortes salariais, reduções de horário a meio do ano lectivo, transferência de estabelecimento ou a assinatura de novo contrato, o que em quase todas as situações é manifestamente ilegal;
- Completamente inaceitáveis os despedimentos que têm sido feitos, em quase todos os casos, também de forma ilegal.

Além disso, **os professores e educadores presentes exigem:**

- Um financiamento adequado da Educação que permita a todos os estabelecimentos de ensino, sejam particulares e cooperativos ou públicos, responderem com qualidade às exigências educativas com que estão confrontados. Que sejam transparentes e públicos os critérios que determinam o custo por aluno e por turma quer nas escolas públicas quer nas escolas particulares com contrato de associação; que o financiamento seja igual em ambas as situações;

- Que o governo respeite os princípios legalmente estabelecidos para efeitos de contratualização, tanto de associação, como simples e de patrocínio;
- Que as entidades titulares dos estabelecimentos particulares e cooperativos não antecipem normas que ainda não passam de projectos do Ministério da Educação, nomeadamente no que respeita aos currículos ou à organização do próximo ano escolar, com o único objectivo de reduzir despesas com o pessoal docente;
- Que sejam respeitados os direitos dos professores de acordo com o Código de Trabalho e Contrato Colectivo do sector, o que implica não haver alterações do horário de trabalho, de reduções salariais e de despedimentos.

No que respeita às negociações que decorrem para **revisão do Contrato Colectivo de Trabalho**, os professores e educadores presentes consideram ofensivas as propostas apresentadas pela AEEP, pelo que recusam:

- A existência de constrangimentos à progressão que afastem, definitivamente, a possibilidade de mais de 70% dos docentes atingirem o topo da carreira ainda que avaliados de Bom;
- O congelamento das progressões na carreira;
- O aumento da duração da carreira para 36 anos;
- A avaliação feita pelos alunos, por considerarem que avaliar é um processo de elevada complexidade e estes não têm, nem isso se lhes exige, competências avaliativas para intervirem num processo deste tipo;
- A obrigatoriedade de apresentação do relatório de auto-avaliação no mês de Janeiro, independentemente de quando tem lugar a mudança de escalão, com a agravante de o ano de serviço ser perdido se tal não acontecer;
- A obrigatoriedade e relevância da formação contínua na avaliação se esta não for de oferta gratuita;
- A possibilidade de a entidade titular do estabelecimento, ignorando a avaliação feita pelos órgãos pedagógicos do estabelecimento, alterar a avaliação atribuída.

Os professores e educadores do ensino particular e cooperativo, presentes no plenário, disponibilizam-se para pugnam e lutarem pelos seus direitos, por um justo financiamento da Educação e por um ensino de qualidade.